EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2022.

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA - CODIUB**, sociedade de economia mista, situada na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, na cidade de Uberaba/MG, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público para ciência de todos os interessados, que iniciará, sob protocolo de documentação, a partir do dia **07/03/2022 às 8h00min até 28/03/2022 às 15h00min**, o processo de **CREENCIAMENTO Nº 001/2022**, objetivando o Credenciamento de Pessoa Jurídica, especializada no ramo de telemedicina e telessaúde, com a cessão de licença tecnológica, para atendimento multiprofissional de saúde, por meio de aplicativo mobile para smartphone, nas principais áreas de atenção à saúde, como clínica geral, pediatria, ginecologia, obstetrícia, nutrição e enfermagem, com disponibilização imediata de licenças individuais para acesso à plataforma de telessaúde, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados, com atendimento médico 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme especificações detalhadas constantes no Termo de Referência e anexos.

O presente Edital poderá ser consultado pelo site da CODIUB (www.codiub.com.br), com a finalidade supra, esclarecendo que o presente Credenciamento e subseqüente Termo de Credenciamento, encontram amparo legal nos termos do artigo 79, da Lei 14.133/2021, bem como no artigo 113, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC, da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, obedecidas às condições fixadas neste Edital e Anexos, que o integram e complementam.

1. DO AMPARO LEGAL

- 1.1 O aludido credenciamento encontra amparo no artigo 79, da Lei 14.133/2021, bem como no artigo 113, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC, da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, aprovado pelo Conselho de Administração da CODIUB em 07/08/2019.

2. DO OBJETO

- 2.1 Constitui objeto do presente edital de chamamento, o credenciamento de pessoa jurídica, especializada no ramo de telemedicina e telessaúde, para o fornecimento de licença de tecnologia, para de atendimento multiprofissional de saúde por meio de aplicativo mobile para smartphone, nas principais áreas de atenção à saúde, como clínica geral, pediatria, ginecologia e obstetrícia, nutrição e enfermagem, com

disponibilização imediata de licenças individuais para acesso à plataforma de telessaúde, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados, com atendimento médico 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme especificações detalhadas constantes no Termo de Referência e anexos.

- 2.2 A contratada deverá operar as licenças de atendimento nas condições e diretrizes definidas pelo Termo de Referência e esta deverá disponibilizar sistemas e recursos de tecnologia, conforme os requisitos obrigatórios descritos a seguir.
- 2.3 Todas as empresas que forem devidamente habilitadas e atenderem aos requisitos necessários estabelecidos neste Edital e seus anexos, serão classificadas e permanecerão, durante o prazo de vigência do presente Credenciamento, como credenciadas em um cadastro de reserva.
- 2.4 A CODIUB publicará as empresas credenciadas e a sua ordem para fins de acompanhamento e fiscalização, e sempre que houver o credenciamento haverá a indicação da ordem da mesma.

3. DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

3.1 DAS RESTRIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

- 3.1.1 Será vedado o credenciamento de Pessoas Físicas.
- 3.1.2 Será vedado o credenciamento de Pessoas Jurídicas, quando:
 - 3.1.2.1 Atuarem em consórcio e/ou substabelecer a terceiro;
 - 3.1.2.2 Se enquadrarem em um ou mais dispositivos do art. 38 da Lei 13.303/2016;
 - 3.1.2.3 Com falência decretada;
 - 3.1.2.4 Não será admitida a participação de empresas suspensas do direito de atender à Administração Pública, bem como contratar, transacionar com a CODIUB, Administração Pública Municipal, Estadual e Federal ou qualquer de seus órgãos descentralizados, no prazo e nas condições do impedimento, as declaradas inidôneas;

3.1.2.5 Cujo servidor, dirigente do órgão ou responsável pelo credenciamento tenha participação direta e indireta com a empresa credenciada.

a) Considera-se participação indireta, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

3.2 DAS CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO

3.2.1 Este credenciamento está aberto a todas as pessoas jurídicas que se enquadrarem no ramo de atividade pertinente ao objeto do CREDENCIAMENTO Nº 001/2022, e que atenderem os requisitos do presente Edital e comprovarem as seguintes condições:

3.2.1.1 QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

3.2.1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.2.1.1.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

3.2.1.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

3.2.1.1.4 Poderá ser apresentada somente a última alteração contratual, em atendimento ao subitem anterior, desde que esteja devidamente consolidada às demais alterações;

3.2.1.1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

3.2.1.1.6 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas

Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração DREI;

- 3.2.1.1.7 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Observação: O ramo de atividade constante do objeto social deverá ser compatível com o objeto do presente Edital.

3.2.1.2 QUANTO À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 3.2.1.2.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 3.2.1.2.2 Certidão Negativa de Débitos Municipais (CNDM), expedida pelo Município do seu domicílio;
- 3.2.1.2.3 Certidão Negativa de Débitos Estaduais referente a Fazenda Pública do Estado, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual;
- 3.2.1.2.4 Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- 3.2.1.2.5 Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- 3.2.1.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

Observação: 1 - As certidões acima solicitadas, tem como objetivo realizar a prova de regularidade para com as Fazendas, bem como através dos órgãos competentes, sendo necessário que estas estejam dentro do prazo de validade, informação que deverá constar expressamente no bojo das próprias certidões.

Observação: 2 - Quanto aos documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista, também serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

3.2.1.3 As Pessoas Jurídicas interessadas, além dos documentos exigidos nos subitens 3.2.1.1 a 3.2.1.2, apresentarão dentro do ENVELOPE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, devidamente lacrado, indevassável e opaco, os seguintes documentos para efeitos de habilitação com suas datas de validade, na presente ordem:

- a) Modelo de Declaração de Idoneidade - Anexo I;
- b) Modelo de Declaração de Plena Aceitação das Condições do Edital - Anexo II;
- c) Modelo de Indicação de Representante para participar do Credenciamento - Anexo III;
- d) Modelo de Declaração Quanto a Lei Federal nº 9.854/99 - Anexo IV;
- e) Modelo de Declaração de Quadro Societário – Anexo V;
- f) Termo de Referência – Anexo VI;
- g) Minuta do contrato – Anexo VII.

3.2.1.4. A Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB e a Credenciada não poderão descumprir as normas do presente Edital a que se acham estritamente vinculado.

4. DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Cada participante deverá apresentar todos os documentos requeridos no ENVELOPE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.2 DO LOCAL E HORÁRIO:

4.2.1 Local: Sede da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA - CODIUB, situada na Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, na cidade de Uberaba/MG, do dia **07/03/2022 às 8h00min até 28/03/2022 às 15h00min.**

5. DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO

- 5.1 O presente CREDENCIAMENTO Nº 001/2022 será processado e julgado de acordo com a previsão contida na Lei 14.133/2021, bem como pelos artigos 113 e 114, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC.
- 5.1.2 Entrega dos Documentos de Habilitação.
- 5.1.3 O Envelope com os Documentos de Habilitação deverá ser entregue devidamente fechado e indevassável, à Comissão Permanente de Licitação, que os receberá no local e período mencionados no item 4.2.1.
- 5.1.4 Os documentos exigidos nos subitens 3.2.1.1. a 3.2.1.3. e demais necessários à habilitação, serão apresentados dentro do ENVELOPE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e deverão ser no seu original (não será aceita cópia em papel térmico, próprio para uso em aparelho de fac-símile), ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, (exceto quando expresso no corpo do documento a obrigatoriedade da apresentação no original), ou pelo Presidente da CPL. Estes ainda devem estar dentro de seus prazos de validade. O não atendimento deste implicará a inabilitação da proponente. Em nenhuma hipótese, serão aceitos protocolos e/ou documentos com prazo de validade vencido. Não será permitida a inclusão de documentos que não constem do envelope de habilitação.
- 5.1.5 Será aceito encaminhamento dos documentos de habilitação, via CORREIOS, não sendo de responsabilidade da CODIUB a chegada dos documentos após o prazo final de entrega destes.
- 5.1.6 Não será aceita cópia em papel térmico.
- 5.1.7 Todos os documentos devem estar dentro de seus prazos de validade. O não atendimento deste, implicará em não Credenciamento da empresa. Em nenhuma hipótese, serão aceitos protocolos e/ou documentos com prazo de validade vencido. Não será permitida a inclusão de documentos que não constem do envelope de habilitação.
- 5.1.8 O ENVELOPE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter na sua parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA
CREDENCIAMENTO Nº 001/2022.**

IDENTIFICAÇÃO DA CREDENCIADA (Razão Social, CNPJ, End., Fone, e-mail, etc.).

- 5.2 Os esclarecimentos, quando necessários e desde que solicitados pela CPL, constarão obrigatoriamente da respectiva ata.
- 5.3 Se a empresa participante enviar representante que não seja presidente, sócio-gerente, ou diretor, far-se-á necessário o cadastramento, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, com firma reconhecida, inclusive para recebimento de intimação e decisão sobre a desistência ou não de recursos contra a habilitação.
- 5.4 É facultado à CPL ou a autoridade superior, em qualquer fase do credenciamento, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

6. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

6.1 DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO:

- 6.1.1 Às **15h00min do dia 28/03/2022**, na sala de reuniões da CODIUB, localizada à Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, Uberaba/MG, na presença de 01 (um) Representante Legal de cada Credenciada, a CPL iniciará os trabalhos de recebimento dos DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO, os quais serão rubricados pelos seus membros e pelos representantes das empresas presentes, procedendo-se, a seguir à abertura do ENVELOPE - DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO.
- 6.1.2 Os documentos contidos no ENVELOPE - DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO serão examinados e rubricados pelos membros da CPL, bem como pelos proponentes presentes ou seus representantes cadastrados.
- 6.1.3 Será lavrada ata circunstanciada a respeito, assinada pelos participantes presentes e pelos membros da CPL, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma, ficando sem direito de fazê-lo posteriormente em

ata, tanto as proponentes que não tiverem comparecido, como os que, mesmo tendo comparecido, não consignarem em ata os seus protestos.

6.2 CRITÉRIOS PARA FINS DE CREDENCIAMENTO.

6.2.1 Serão considerados credenciados os proponentes que atenderem as exigências contidas neste edital, bem como no termo de referência e anexos.

6.3 DO NÃO CREDENCIAMENTO.

6.3.1 Não serão credenciadas as proponentes que deixarem de apresentar a documentação solicitada nos subitens 3.2.1.1., 3.2.1.2 e 3.2.1.3. e demais necessários à habilitação, ou apresentarem documentação incompleta, com borrões, rasuras, entrelinhas, cancelamentos em partes essenciais, ou ainda, em desacordo com as disposições do Edital.

6.3.2 A CPL se reserva o direito de prazos para análise da divulgação do resultado da habilitação preliminar, para indicar o nome das empresas credenciadas.

7. DO SORTEIO E DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO NA LISTA

7.1 A CPL da CODIUB realizará sorteio, em sessão pública gravada, na sede da Companhia, que definirá a ordem de classificação das Credenciadas, ordem esta que determinará a sequência de atendimento, enquanto perdurar o credenciamento, ou seja, até 60 (sessenta) meses, conforme objeto deste EDITAL.

7.2 Para cada atendimento a ser demandado pela CODIUB, será obedecida rigorosamente a ordem de classificação do sorteio, devendo o 1º atendimento contemplar a empresa melhor classificada no sorteio, e assim sucessivamente, de acordo com a ordem de classificação de cada empresa.

7.3 O sorteio ocorrerá na sessão de credenciamento, na presença dos representantes legais das credenciadas

7.4 Empresas interessadas poderão se credenciar após a realização do sorteio, deste que cumpram todas as exigências deste Edital, sendo que, passarão a constar na lista das empresas credenciadas, em ordem cronológica de credenciamento, sucedendo a última empresa sorteada/credenciada e prestarão o atendimento demandado pela CODIUB, sempre obedecendo a ordem de classificação, conforme item 7.2.

8. DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS

- 8.1 A Presidente da CODIUB proferirá sua decisão homologando os atos referentes ao processo em epígrafe.
- 8.2 A homologação formalizar-se-á mediante publicação, constando a condição de cada credenciada, assim como sua respectiva posição de classificação na lista de credenciadas, junto ao site da CODIUB, bem como no Diário Oficial do Município de Uberaba/MG (Porta-Voz), observadas as condições deste edital.
- 8.3 Da Publicação dos Atos:
- 8.3.1 Os credenciados terão conhecimento através de publicação no Diário Oficial do Município de Uberaba/MG (Porta-Voz).
- 8.3.2 A Homologação será levada ao conhecimento dos credenciados, na forma acima estabelecida.

9. DA FORMA DE REPASSE DE RECURSOS

- 9.1 Os valores referentes aos atendimentos constantes no objeto do presente credenciamento, serão de prerrogativa da CODIUB, em quaisquer que sejam os municípios onde a credenciada execute suas atividades.
- 9.2 Todos os recursos referentes às licenças a serem utilizadas pelos munícipes serão creditados em conta corrente específica da CODIUB, que ao final do período apurado, fará o repasse do valor efetivamente recebido, deduzindo todos os impostos e verbas acessórias negociadas, em concomitância ao relatório de atendimentos prestados, e de acordo com percentual estipulado no contrato com a credenciada, em até 30 (trinta) dias, devendo o faturamento, ser apurado sempre no 1º (primeiro) dia útil subsequente de cada mês, podendo ser repassado a parte que cabe a Contratada em até 30 (trinta) dias após a apresentação do relatório de apuração.
- 9.2.1 É dever indispensável, que a Contratada encaminhe mensalmente para a CODIUB todos os dados gerenciais e financeiros do sistema relativo aos valores apurados a título das licenças e atendimentos prestados;
- 9.2.2 A CODIUB deverá assumir a responsabilidade pelo pagamento dos impostos relacionados às licenças utilizadas, bem como outros encargos que competirem à

Contratada, não lhe cabendo direitos de pleitear à CODIUB qualquer situação ou reembolso de quantias principais ou acessórias, nem mesmo tributárias.

10. DA PRESTAÇÃO DO ATENDIMENTO E DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

- 10.1 O atendimento se dará em conformidade com o Termo de Contrato a ser assinado com o Município atendido quando do chamamento da credenciada para efetivamente iniciar os atendimentos, obedecida a posição a qual se encontra, desde que não tenha a mesma o direito de preferência estabelecido por este Edital.
- 10.1.1 Constitui "direito de preferência", sempre que uma empresa credenciada prospectar, por seus próprios meios, e sem nenhuma intervenção ou participação da CODIUB, contrato com o Município atendido, sendo que neste caso, não será obedecida sua posição na lista de classificação, devendo ela própria atender ao Município em relação ao contrato prospectado.
- 10.2 O credenciamento terá validade de **60 (sessenta) meses**, contados da data da homologação, podendo os interessados que atenderem aos requisitos se credenciarem a qualquer momento durante sua vigência.
- 10.2.1 Caso não haja mais interesse em permanecer como credenciada, a empresa poderá a qualquer tempo, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**, solicitar seu descredenciamento, passando então a não constar na lista de empresas com credenciamento ativo.
- 10.3 Os contratos oriundos do presente credenciamento terão validade de **12 (doze) meses**, sendo que, ao final do referido prazo, o Município atendido, de acordo com seus critérios técnicos avaliativos, optará por prorrogar o contrato com a Contratada ou substituí-la pela próxima credenciada constante da lista de classificação, obedecendo a ordem de classificação, sendo que, a lista de classificação será mantida em sigilo pela CODIUB, e da qual o Município não terá acesso.
- 10.4 A Credenciada deverá caucionar, em cada adendo contratual realizado, a título de execução contratual e por toda a vigência, o correspondente a **10% (dez por cento) do valor anual do contrato**, podendo ser escolhida qualquer modalidade, tais como: I - caução em dinheiro; II - seguro-garantia ou III - fiança bancária.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CREDENCIADA

- 11.1 Responsabilizar-se pelo objeto do contrato, respondendo pelo fiel cumprimento do contrato, devendo manter os trabalhos sob sua supervisão direta;
- 11.2 Responsabilizar-se pelos **encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução objeto deste presente credenciamento**, bem como por todas as despesas necessárias à realização, custos com fornecimento de equipamentos e materiais, recursos humanos e demais despesas indiretas;
- 11.3 Prestar o atendimento adequado a todos os usuários;
- 11.4 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento para o fim de garantir o referido ressarcimento;
- 11.5 Acatar as disposições legais e regulamentares e instruções complementares estabelecidas pela CODIUB, bem como colaborar com as ações desenvolvidas pelos prepostos responsáveis pelo monitoramento dos atendimentos;
- 11.6 Prestar as informações necessárias aos usuários que recorrem ao atendimento;
- 11.7 Submeter-se à aprovação da CODIUB o plano de execução dos atendimentos a serem prestados;
- 11.8 Responsabilizar-se pela boa e eficiente execução do objeto contratado, de acordo com as normas do Contrato, deste credenciamento, da legislação específica e do contrato da CODIUB com cada Município, devendo manter os trabalhos sob sua supervisão;
- 11.9 Coordenar a execução do objeto contratado em comum acordo com a CODIUB, mantendo a continuidade do objeto contratado e evitando qualquer tipo de interrupção ou paralisações;
- 11.10 Permitir à CODIUB livre acesso em qualquer época, às instalações integrantes do objeto contratado, observando programação prévia de visita em horário normal de expediente, sempre acompanhado de representante da Contratada;

- 11.11 Substituir de imediato, independente de apresentação de motivos e sempre que exigido pela CODIUB, qualquer profissional, cuja atuação ou comportamento seja julgado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório à disciplina do objeto contratado;
- 11.12 Assegurar que seu corpo técnico, ao exercer suas funções, use de total isenção no controle efetuado, cortesia e polidez nas relações com o usuário;
- 11.13 Indicar um representante (preposto legal), por ocasião da assinatura do contrato, que se incumbirá do relacionamento com a CODIUB;
- 11.14 Atender prontamente as instruções e observar rigorosamente todas as disposições emanadas pela CODIUB, a quem compete a supervisão e fiscalização de todo desenvolvimento e da execução do objeto contratado;
- 11.15 Apresentar, sempre que solicitada, a documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, inclusive contribuições previdenciárias e depósitos do FGTS de seus empregados;
- 11.16 Responsabilizar-se pela correta aplicação das normas de segurança do trabalho, expedidas pelo Ministério do Trabalho, sendo que o seu eventual descumprimento sujeitará a Contratada às penalidades previstas nesta contratação, respeitando a recomendação ministerial nº 03/2009/PRT3/EMEN, sob pena de, além das sanções nela cominadas, sujeitar-se às penalidades previstas no RILC e na Lei 13.303/2016.
- 11.17 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- 11.18 A inadimplência da Credenciada com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Contratante e à CODIUB a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;
- 11.19 Prestar contas, mensalmente, dos valores auferidos com o contrato, na forma e prazos determinados pela CODIUB.

12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CODIUB

- 12.1 Fiscalizar a execução do objeto contratado, por meios próprios ou através de outros órgãos conveniados, aplicando as penalidades aos infratores que deixarem de efetuar o pagamento do aluguel dos equipamentos;

- 12.2 Comunicar a Credenciada, com a antecedência necessária, observando o prazo de 30 (trinta) dias úteis, no mínimo, qualquer alteração no Contrato, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 12.3 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do contrato, as cláusulas contratuais, aplicar as penalidades inerentes;
- 12.4 Intervir no Contrato nos casos e condições previstos em legislação vigente;
- 12.5 Extinguir o contrato nos casos previstos em lei;
- 12.6 Estimular o aumento da qualidade, produtividade, preservação e conservação do meio ambiente;
- 12.7 Proporcionar as condições adequadas e necessárias para a execução do objeto contratado, de acordo com os termos definidos neste instrumento, adotando e tomando todas as providências cabíveis;
- 12.8 Designar um profissional que fiscalizará o cumprimento do objeto contratado, afim de estabelecer se estão sendo executados, e como está o relacionamento com a Contratada (gestor do contrato);
- 12.9 Realizar avaliação do desempenho da Credenciada, durante toda a vigência do contrato.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1 Do resultado final do credenciamento, caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação do resultado, o qual deverá ser dirigido a CPL da CODIUB, no endereço de sua sede.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 Aplicar-se-ão as sanções administrativas em conformidade com as previstas pelo RILC.

15. DA INEXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E DO DESCRENCIAMENTO

- 15.1 O presente credenciamento tem caráter precário, por isso, a qualquer momento, a Credenciada ou a CODIUB, poderão denunciar o credenciamento, caso seja constatada

qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste Edital e na legislação pertinente, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

- 15.2 O credenciado que desejar solicitar o descredenciamento, deverá fazê-lo mediante aviso escrito, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

16. DOS ILÍCITOS PENAIS

- 16.1 As infrações penais tipificadas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CODIUB – RILC, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

17. DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO PRESENTE CREDENCIAMENTO

- 17.1 A Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB, poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba as credenciadas quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

18. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO

- 18.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação oficial.
- 18.2 Caberá à CPL decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de protocolização do requerimento na CODIUB.

19. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 19.1 As partes obrigam-se, a atuar no presente credenciamento e nos contratos que sucederem, em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e, em hipótese de descumprimento, aplicam-se as sanções previstas na LGPD.

- 19.2 As partes comprometem-se a restringir o acesso aos Dados Pessoais decorrentes do presente contrato aos (às) servidores (as) e/ou colaboradores envolvidos nas atividades, constante na Cláusula Segunda - Do Objeto, assim como quaisquer processos decorrentes desse, com atuação condicionada ao conhecimento prévio e estrita observância das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.
- 19.3 As partes comprometem-se a armazenar Dados Pessoais em banco de dados seguro, protegidos por usuário e senha, e, quando em meio físico, devidamente armazenados, com controle e registro de acesso, devendo ser armazenados pelo tempo necessário, conforme diretrizes das áreas competentes, sendo observadas as hipóteses de conservação conforme art. 16 da LGPD.
- 19.4 As partes comprometem-se a notificar a outra parte, em até 05 (cinco) dias úteis a partir do conhecimento do incidente, sobre qualquer ocorrência de vazamento de Dado Pessoal que esteja sob sua guarda, assim como tomar as medidas razoáveis para investigar, remediar e mitigar os efeitos do Incidente.
- 19.5 As partes comprometem-se a não auferir lucro, sob nenhuma hipótese ou propósito, por meio de compartilhamento de dados pessoais, o qual deverá ser previamente autorizado, nos termos do inciso XVI do artigo 5º da LGPD, advindos da presente relação contratual.
- 19.6 A credenciada realizará operações de tratamento de Dados Pessoais advindos da relação com a CODIUB e com o beneficiário direto da prestação, inclusive a transmissão, distribuição e transferência junto aos setores da Credenciada responsáveis pela realização das etapas de contratação, execução, controle e fiscalização do contrato, não sendo compartilhados com terceiros, salvo se solicitados por autoridades competentes ou por determinação legal ou, ainda, quando autorizado pela CODIUB ou em defesa de seu legítimo interesse.
- 19.7 A Contratante assumirá o papel de Controladora dos dados pessoais, nos termos do inciso VI, do art. 5º da LGPD, sendo a mesma exclusivamente responsável sobre o inteiro teor do conteúdo publicado, devendo observar a legislação vigente, inclusive a LGPD; e a Credenciada assumirá o papel de Operadora dos dados pessoais, nos termos do inciso VII, do art. 5º da LGPD, em nome da Controladora, sendo que a CODIUB não terá qualquer responsabilidade por não ter acesso aos dados, salvo se houver acesso, ocasião em que a responsabilidade será limitada ao dano relacionado ao grau de culpa.

19.8 A Credenciada será responsável pelos eventuais procedimentos de atendimento às solicitações dos titulares de dados, previstos no Capítulo III da LGPD, nos limites previstos nesta cláusula, como também será responsável por fornecer à Contratante, se solicitada, inventário dos Dados Pessoais utilizados para realização do objeto contratado.

20. DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

20.1 Nos termos do Decreto Municipal de Uberaba/MG, nº 1.603 de 2021, fica vedado à credenciada/contratada a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação em relação ao atendimento do objeto contratado conforme este EDITAL elaborado pela CODIUB, independente da condição, se cônjuge, companheiro ou de parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau de servidor, empregado público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Contratante.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 Toda e qualquer documentação integrante do presente CREDENCIAMENTO Nº 001/2022, deverá ser totalmente redigida em Língua Portuguesa, não sendo aceitos documentos escritos em outros idiomas.

21.2 A participação no presente credenciamento implica na concordância tácita por parte da empresa participante, com todos os termos e condições deste Edital.

21.3 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB.

21.4 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase do Credenciamento, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo de credenciamento, sendo vedado a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.5 A inabilitação da empresa participante importará preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes, podendo os atos serem revisto em caso de regularização.

21.6 Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante a CODIUB, a empresa participante que não o fizer dentro do prazo estipulado.

21.7 Durante o Processo de Credenciamento, e a critério da CPL, poderão ser exigidos, para análise e confrontação de qualquer natureza, os originais dos documentos do ENVELOPE - DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO que tiverem sido apresentados sob a forma de cópias autenticadas em Cartório ou por empregado da CODIUB.

21.8 Compõem o presente Edital:

- a) Modelo de Declaração de Idoneidade - Anexo I;
- b) Modelo de Declaração de Plena Submissão às Condições do Edital - Anexo II;
- c) Modelo de Indicação de Representante para participar do Credenciamento - Anexo III;
- d) Modelo de Declaração Quanto a Lei Federal nº 9.854/99 - Anexo IV;
- e) Modelo de Declaração do Quadro Societário - Anexo V;
- f) Termo de Referência - Anexo VI e
- g) Minuta do Termo de Contrato – Anexo VII.

22. DO FORO

22.1 Para dirimir as questões oriundas deste edital e do futuro contrato, será competente o Foro da Comarca de Uberaba/MG.

Uberaba/MG, 04 de março de 2022.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB
Keila Cristina Rocha Fialho dos Santos
Diretora Presidente

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

À COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA – CODIUB

CRENCIAMENTO Nº 001/2022

A Signatária, inscrita no CNPJ nº, por seu representante legal abaixo assinado, vem declarar, sob as penas das Lei, que está apta a tomar parte do Processo de Credenciamento, tendo em vista inexistir contra a mesma Declaração de Inidoneidade emitida por órgão de Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

Local e data.

Nome e assinatura da signatária
Representante Legal

ANEXO II
Papel timbrado / Empresa

MODELO DE TERMO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DO CREDENCIAMENTO
À COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA - CODIUB
CREDENCIAMENTO Nº 001/2022

DECLARAÇÃO DE PLENA SUBMISSÃO ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

A Signatária, inscrita no CNPJ nº, por seu representante abaixo assinado, declara estar de acordo com todos os termos do Edital do **CREDENCIAMENTO Nº 001/2022** e de todos os seus anexos, todos de seu integral conhecimento, pelo que, caso habilitada, assinará o Contrato do qual constitui parte integrante o referido Edital e seu anexos, concordando com todas as suas cláusulas e condições, em todas as fases deste credenciamento. Declara, também, a sua inteira submissão à Legislação Brasileira.

Esclarece, ainda, que preenche todos os requisitos previstos no citado Edital de Credenciamento.

Local e data

Nome e assinatura da signatária
Representante Legal

ANEXO III
Papel timbrado / Empresa

À COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA - CODIUB

CRENCIAMENTO Nº 001/2022

Indicação de Representante para participar do Credenciamento nº 001/2022

A Signatária, inscrita no CNPJ nº, por seu representante legal abaixo assinado, vem indicar o(a) Sr(a)., portador(a) de RG, inscrito(a) no CPF, para como seu Representante, acompanhar todas as fases do **CRENCIAMENTO Nº 001/2022** até a homologação do processo, podendo, este Representante, assinar atas e demais documentos relativos ao Credenciamento em epígrafe, sendo a ele conferidos plenos, irrestritos e irrevogáveis poderes para tomar, em nome da Signatária, todas e quaisquer decisões e/ou deliberações pertinentes a este Credenciamento em todas as suas fases.

Local e data

Nome e assinatura da Signatária
Representante Legal

ANEXO IV
Papel timbrado / Empresa

MODELO DECLARAÇÃO QUANTO A LEI FEDERAL Nº 9.854/99

ÀCOMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA - CODIUB

CRENCIAMENTO Nº 001/2022

A Signatária, inscrita no CNPJ nº, neste ato representada pelo(a) Sr(a), portador(a) de RG, inscrito(a) no CPF, residente e domiciliado(a) na, nº, Bairro, na cidade de, em atenção à solicitação contida no **CRENCIAMENTO Nº 001/2022**, DECLARAMOS que, não empregamos em nossa empresa menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz e partir de 14 (quatorze) anos, conforme disposto na Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e data

Nome e assinatura da signatária
Representante Legal

ANEXO V
Papel timbrado / Empresa

MODELO DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

À COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE INFORMÁTICA DE UBERABA - CODIUB

CRENCIAMENTO Nº 001/2022

A empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede no endereço sito na.....(endereço completo do credenciada), em cumprimento ao exigido no Edital de **CRENCIAMENTO Nº 001/2022**, DECLARA não possuir em seu quadro societário servidor público da ativa, empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação imposta pelo artigo 18, inciso XII, da Lei Federal nº 12.708/2012, sendo de inteira responsabilidade da Credenciada a fiscalização.

Local e data

Nome e assinatura da signatária
Representante Legal

ANEXO VI

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA EMPRESA INTERESSADA E DA LOCALIZAÇÃO

Empresa Interessada: Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba-CODIUB;
Localização: Avenida Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Uberaba/MG, CEP: 38.061-080.

2. DO OBJETO

- 2.1 Contratação de empresa especializada no ramo de telemedicina e telessaúde, que oferecerá licenças de uso para o atendimento multiprofissional de saúde por meio de aplicativo mobile para smartphone, nas principais áreas de atenção à saúde, como clínica geral, pediatria, ginecologia e obstetrícia, nutrição e enfermagem, com disponibilização imediata de licenças individuais para acesso à plataforma de telessaúde, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados, com atendimento médico 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme especificações detalhadas constantes neste Termo de Referência e anexos;

3. DA JUSTIFICATIVA

- 3.1 A Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, possui o interesse em adquirir a prática em tecnologias de telemedicina e telessaúde, objetivando aumento de acesso à saúde e a melhoria da qualidade de saúde e vida da população. Além da assistência médica e multiprofissional que visa ao tratamento das enfermidades que acometem ou poderão acometer a população, a plataforma de telessaúde credenciada, é parte integrante e de fundamental importância no desenvolvimento de Programas de Atenção à Saúde, criando mecanismos remotos e de ampla acessibilidade para a promoção de saúde e prevenção de riscos e doenças, com elevação da qualidade de vida da população. Dentre as ações que envolvem o desenvolvimento do referido Programa está prevenção com vistas à promoção da saúde e qualidade de vida da população em geral e, especialmente, dos doentes crônicos.
- 3.2 Este modelo, além de possibilitar potencial redução nos custos com o sistema de saúde do município, permite acompanhamentos que envolvem inclusive a qualidade dos atendimentos prestados. Por outro lado, as exigências em termos de qualificação técnica da Contratada, e devem ser amplamente trabalhadas, visando atingir um resultado condizente com a contrapartida financeira dimensionada pela CODIUB para este fim, observados os princípios da economicidade, celeridade e eficiência.

4. DA PLATAFORMA DE TELEMEDICINA E TELESSAÚDE

4.1 A CONTRATADA fornecerá aos usuários designados pela CONTRATANTE, por meio de aplicativo mobile para smartphones, nas plataformas Android e iOS, respectivas licenças para a realização de consultas com médicos e profissionais de saúde digitais, por meio de sistema de chat, 24 (vinte e quatro) horas por dia, sete dias por semana, incluindo feriados, durante um período de 60 (sessenta) meses, incluindo as principais áreas da saúde abaixo especificadas:

1. Clínica geral
2. Pediatria
3. Ginecologia e Obstetrícia
4. Nutrição
5. Enfermagem

5. DAS ATIVIDADES

- 5.1 As atividades contratadas compreendem todos os atendimentos médicos e multiprofissionais através de telemedicina e telessaúde.
- 5.2 A Credenciada vencedora deverá providenciar o “**Manual Operacional do Usuário**” em meio digital, a ser distribuído e constando todas as informações e orientações que auxiliem na utilização adequada da Plataforma de telemedicina e telessaúde;
- 5.3 A disponibilidade de atendimento aos usuários da plataforma de telemedicina e telessaúde deverá ser, **de segunda a domingo, 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo os feriados**, durante a vigência de 60 (sessenta) meses após a ativação de cada licença adquirida pela CONTRATANTE;
- 5.4 A Credenciada deverá disponibilizar a totalidade de licenças da plataforma de telemedicina e telessaúde, com validade de **60 (sessenta) meses**, adquiridas pela CONTRATANTE, em até 15 (quinze) dias da data de assinatura do contrato, ressaltando que, embora a validade seja de 60 (sessenta) meses, o contrato com o Município atendido terá validade de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, de acordo com avaliação técnica do Município atendido, prorrogando-o ou substituindo-o pela próxima credenciada constante da lista de classificação, obedecendo a ordem constante na lista de classificação.

6. DOS PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO

- 6.1 A Credenciada que irá atender o contrato deverá disponibilizar na sua plataforma de telemedicina e telessaúde, para os **atendimentos médicos e multiprofissionais, no mínimo**, as seguintes especialidades:

ESPECIALIDADE	DESCRITIVO
Clínica Geral	Engloba a saúde do adulto e do idoso
Ginecologia e Obstetrícia	Sistema reprodutor feminino
Pediatria	Estuda e trata o ser em desenvolvimento (crianças)
Nutrição	Avaliação e orientações de saúde alimentar
Enfermagem	Orientações gerais de saúde e suporte ao usuário

- 6.2 Reclamações de usuários que por ventura sejam registradas, a respeito de qualquer profissional médico ou não médico da plataforma de telessaúde e que coloque em questionamento a conduta e a ética do profissional, serão devidamente avaliadas pela área de gestão do contrato e comunicadas à Credenciada vencedora para as devidas providências;

7. DOS PREÇOS

- 7.1 O valor pago no formato “familiar”, **valor único da licença por família**, independente de idade, expressos em Real, será de **R\$25,80 (vinte e cinco reais e oitenta centavos)** mensais, para o período inicial de 12 (doze) meses de utilização da plataforma de telemedicina e telessaúde. Tal montante poderá ser pago na modalidade “anual”. Compreende-se por família, no caso do plano, dois adultos e demais filhos menores, sem limite de quantidade no caso de menores.
- 7.2 O valor pago no formato “individual”, **valor único da licença por indivíduo**, independentemente da idade, expressos em Real, será de **R\$16,40 (dezesesseis reais e quarenta centavos)** mensais para o período inicial de 12 (doze) meses de utilização da plataforma de telemedicina e telessaúde. Tal montante poderá ser pago na modalidade “anual”.
- 7.3 O mínimo de licenças a serem contratadas será de **2.500 (duas mil e quinhentas)**, entre licenças no formato individual e familiar. Não havendo limite máximo.

- 7.4 Os valores acima mencionados, em nenhuma hipótese, poderão ser ajustados em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da Ordem de Serviço.
- 7.5 Após 12 (doze) meses da assinatura da Ordem de Serviço, e em período anual, os valores acima serão reajustados pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), levando-se em conta o acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1 Obriga-se a Credenciada a se responsabilizar pela execução integral do contrato, relativo ao objeto do credenciamento;
- 8.2 Indicar representante ou preposto credenciado pela prestadora para atender às recomendações da CODIUB na execução do contrato;
- 8.3 Manter absoluto sigilo sobre os documentos e dados que tiver acesso, em decorrência da execução do contrato;
- 8.4 Manter sistema atualizado de informação sobre o atendimento e profissionais indicados no contrato;
- 8.5 Atender plenamente as exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei No 13.709).
- 8.6 Assegurar à CODIUB, a realização de auditoria técnica, contábil e financeira.

9. DA INCLUSÃO DOS USUÁRIOS/BENEFICIÁRIOS NA PLATAFORMA DE TELEMEDICINA E TELESSAÚDE

- 9.1 Caberá à Credenciada realizar a inclusão dos usuários/beneficiários na plataforma de telemedicina e telessaúde, utilizando os códigos de ativação das licenças adquiridas, objeto do presente termo;

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 Fica a Credenciada obrigada:
- 10.1.1 A fornecer à CODIUB, quaisquer informações legais por esta solicitada e a tempo;
- 10.1.2 A Designar uma pessoa responsável pelo relacionamento com a CODIUB;

10.1.3 Deverá ser devolvido à CODIUB, cópia do contrato, e respectivas alterações, devidamente assinados, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do termo inicial de sua vigência;

10.1.4 O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, de acordo com avaliação técnica do Município atendido, prorrogando-o ou substituindo-o pela próxima credenciada constante da lista de classificação, obedecendo a ordem constante na lista de classificação.

11. PRAZO PARA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS/LICENÇAS

11.1 O prazo máximo para a oferta das licenças deverá ser de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 Para a qualificação técnica ser habilitada, a Credenciada deverá participar do processo de credenciamento, que para tanto deverá apresentar os seguintes documentos:

12.1.1 Comprovação a Credenciada atendeu o referido objeto deste contrato no presente termo, através de atendimentos de telemedicina e telessaúde através de plataforma em aplicativo mobile para smartphones, exigida no presente Termo;

12.2 Sob pena de inabilitação a Credenciada deverá observar o seguinte:

- a) Se Credenciada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, ou
- b) Se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados ou declaração de capacidade técnica que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e CNPJ da filial.

12.3 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no edital de Credenciamento e seus anexos;

12.4 Serão inabilitadas as empresas que não atenderem as condições do presente Termo de Referência e seu respectivo Edital de Credenciamento;

13. FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

13.1 O contrato será acompanhado e fiscalizado pelo gestor e fiscal, que são os agentes designados pela CODIUB e terão as seguintes atribuições:

13.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução da entrega do objeto do contrato.

13.2 O gestor do contrato será competente para exercer as seguintes funções:

I - Acompanhar o procedimento de credenciamento;

II - Dar ciência aos seus superiores hierárquicos sobre possíveis irregularidades na execução dos atendimentos;

III - controlar o prazo de vigência do contrato;

IV - Cuidar da prorrogação do contrato junto à autoridade competente, quando couber.

13.3 O fiscal do contrato será competente para exercer as seguintes funções:

I - Ler atentamente o Termo de Contrato e anotar em registro no processo todas as ocorrências relacionadas à sua execução do objeto deste edital;

II - Esclarecer dúvidas que estiverem sob a sua alçada;

III - Verificar se os atendimentos contratados estão acontecendo conforme o pactuado;

IV - Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, cumprimento das leis consumeristas e demais leis pertinentes ao contrato, comunicando formalmente ao gestor do contrato as irregularidades.

13.4 A contratante deverá manter atualizados os nomes dos responsáveis do gestor e do fiscal do Contrato.

13.5 A atualização será realizada dentro dos autos do procedimento de credenciamento, em caso de afastamento, férias, impedimento, rescisão do contrato de trabalho ou exoneração dos agentes de serviços públicos designados.

13.6 A responsabilidade dos agentes designados pela contratante perdurará até o fim do contrato.

13.7 A Contratante, por meio do gestor e fiscal do contrato, a qualquer tempo, terá acesso à inspeção do cumprimento do objeto relacionado neste edital, e de documentos, verificando as condições de atendimento do contrato.

13.8 Prestar informações/esclarecimentos atinentes ao objeto e proporcionar as facilidades necessárias para que a Contratada possa cumprir as obrigações dentro do prazo e das condições estabelecidas em contrato.

13.9 Os responsáveis designados como gestor e fiscal do contrato, foram designados no presente termo de referência, correspondendo à indicação dos seguintes responsáveis:

13.9.1 Designado pela contratante o FISCAL DO CONTRATO: Senhor **GLEDSON HUMBERTO DE SOUSA**, inscrito no CPF nº 947.294.926-68;

13.9.2 Designado pela contratante a GESTORA DO CONTRATO: Senhora **BRUNA FERNANDA LIMA MORATO**, inscrita no CPF nº 364.110.118-26.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 A Credenciada vencedora não se responsabilizará pelo pagamento de quaisquer atos eventualmente utilizados de maneira diversa do acordado.

16.2 A Credenciada vencedora disponibilizará material informativo digital diretamente à contratante, para que a mesma possa repassar aos usuários/beneficiários da plataforma de telemedicina e telessaúde.

Uberaba/MG, 04 de março de 2022.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB
Marlon Soares da Silva
Diretor Executivo

ANEXO VII

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO FORNECIMENTO DE LICENÇA Nº ---/2022

A **Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB**, sociedade de economia mista, inscrita no CNPJ nº 18.597.781/0001-09, com sede nesta cidade de Uberaba/MG, na Av. Dom Luiz Maria de Santana, nº 146, Bairro Santa Marta, neste ato representada por sua Diretora Presidente, **Keila Cristina Rocha Fialho dos Santos**, brasileira, solteira, CPF nº 745.980.406-10, RG nº 28.513.987-3 SSP/SP e o Diretor Executivo, **Marlon Soares da Silva**, brasileiro, casado, comunicação social – Publicidade e Propaganda, inscrito no CPF/MF nº 072.684.656-29 e portador da cédula de identidade nº MG-10.635.202, SSP/MG, ambos com endereço comercial nesta cidade de Uberaba/MG, na Av. Dom Luiz Maria de Santana, n.º 146, bairro Santa Marta, ora denominada **CONTRATANTE** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº -----, localizada na cidade de -----, na Rua -----, nº -----, Bairro -----, CEP: -----, neste ato representada por seu sócio administrador: -----, empresário, inscrito no CPF nº -----, portador do RG nº -----, residente e domiciliado na cidade de -----, na Rua ----- nº -----, Bairro -----, CEP: -----, ora denominada **CONTRATADA**, ajustam o presente contrato, tendo em vista o constante no **Credenciamento nº 001/2022**, sujeitando-se os contratantes às normas da Lei Federal nº 13.303/2016, e as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto o credenciamento de pessoa jurídica, especializada no ramo de telemedicina e telessaúde, para o fornecimento de licença de tecnologia, para de atendimento multiprofissional de saúde por meio de aplicativo mobile para smartphone, nas principais áreas de atenção à saúde, como clínica geral, pediatria, ginecologia e obstetrícia, nutrição e enfermagem, com disponibilização imediata de licenças individuais para acesso à plataforma de telessaúde, 7 (sete) dias por semana, incluindo feriados, com atendimento médico 24 (vinte e quatro) horas por dia, conforme especificações detalhadas constantes no Termo de Referência e anexos, regendo-se pela Lei Federal nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios – RILC, da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - CODIUB, assim como pelas condições do

edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 - O prazo, respectivo cronograma da instalação, início do atendimento ao Município e demais condições não estabelecidas por este instrumento, a serem indicados pela CONTRATANTE, serão formalizados com a CONTRATADA por meio de adendo contratual, o qual, desde já, fica estabelecido que fará parte do presente instrumento.

2.2 – A CONTRATADA deverá caucionar, em cada adendo contratual realizado, a título de execução contratual e por toda a vigência, o correspondente a 10% (dez por cento) do valor anual do contrato, podendo ser escolhida qualquer modalidade, tais como: I - caução em dinheiro; II - seguro-garantia ou III - fiança bancária.

2.3 – A garantia será devolvida à CONTRATADA depois de cumprida a vigência do adendo contratual e não existindo pendência. Quando a garantia for prestada em dinheiro, a devolução será devidamente atualizada monetariamente com base no índice aplicado à poupança, relativo ao período em que o valor ficou caucionado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DIREITOS

3.1 – Constituem direitos da CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados em adendos contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

4.1 – Efetuar o pagamento do valor pelo atendimento no prazo e na forma ajustados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato e no processo licitatório:

5.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) Prestar o atendimento em conformidade com as especificações técnicas, funcionais e de qualidade estabelecidas, observando rigorosamente os prazos fixados no presente contrato e/ou adendos contratuais;

- b) Responder por quaisquer ônus, despesas, seja na esfera administrativa ou judicial relativos a obrigações trabalhistas, acidente do trabalho, previdenciárias, fiscais, cíveis, penais, comerciais, bem como alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza, decorrentes da relação de trabalho ou emprego do pessoal que for designado para a execução do atendimento objeto do contrato;
- c) Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor, bem como respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho prevista na legislação pertinente;
- d) Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares da sua área de atuação específica;
- e) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- f) Apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no processo licitatório, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais, bem como Certidões Negativas de Débito Salarial, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT;
- g) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- i) Reparar, corrigir, remover substituir às suas expensas, no total ou em parte o objeto do presente contrato, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.
- j) Responsabilizar-se por danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato.
- l) Permitir e facilitar a Fiscalização, a inspeção dos atendimentos a qualquer hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, por escrito;
- m) Viabilizar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto do presente CONTRATO.
- n) Permitir à CONTRATANTE coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução do presente contrato;
- o) Permitir o acompanhamento, ampla fiscalização e auditoria pela CONTRATANTE, ou por quem esta indicar, e sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, de todos os documentos, inclusive os de natureza contábil, referentes aos atendimentos executados pela CONTRATADA;
- p) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATANTE, relativos ao objeto deste contrato.
- q) Dar ciência à CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos atendimentos;
- r) Resolver ou corrigir, às suas expensas e nos prazos estipulados, as imperfeições, omissões

ou quaisquer questões pertinentes à execução dos atendimentos para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações/solicitações realizadas pela CONTRATANTE;

s) Dispor de equipe técnica para a execução dos atendimentos objeto do contrato em quantidade suficiente, devidamente capacitada e treinada;

t) Recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua exclusiva responsabilidade, assumindo a administração, treinamento, gerenciamento e todas as obrigações e ônus trabalhistas, não havendo vínculo, de qualquer natureza com a CONTRATANTE;

u) Treinar e diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade os empregados da CONTRATANTE e de seus clientes;

v) Substituir qualquer empregado de conduta inconveniente ou desempenho profissional prejudicial à execução dos atendimentos.

w) Fiscalizar o perfeito cumprimento dos atendimentos, cabendo-lhe integralmente o ônus decorrente de qualquer descumprimento, sem prejuízo da fiscalização a ser exercida pela CONTRATANTE;

x) Adotar todos os meios necessários de forma a impedir a interrupção da prestação dos atendimentos.

CLÁUSULA SEXTA - DO SIGILO

6.1 - A CONTRATADA obriga-se por si e por seus empregados e prepostos a atuar, em conformidade com a Legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável, e às determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos Dados, o que inclui Dados de terceiros e a eles vinculados.

6.2 - A CONTRATADA obriga-se por si e por seus empregados e prepostos a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público, ainda que a relação empregatícia venha a ser resolvida, independentemente dos motivos que derem causa.

6.3 - A CONTRATADA obriga-se por si e por seus empregados e prepostos a informar à CONTRATANTE, assim que tomar conhecimento (i) de qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais; (ii) de qualquer descumprimento das obrigações contratuais relativas ao tratamento dos Dados Pessoais; (iii) de quaisquer exposições ou ameaças em relação à conformidade com a proteção de Dados Pessoais; (iv) de qualquer ordem de Tribunal, autoridade pública ou regulador competente

que envolva solicitação ou questionamentos relacionados a Dados Pessoais.

6.4 - Inobservância do disposto nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA à reparação de danos, sem prejuízo da responsabilidade criminal e outras cominações legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - PREÇO DOS ATENDIMENTOS E SUA REPACTUAÇÃO

7.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor pelos atendimentos contratados conforme expressamente previsto no termo de referência do processo licitatório.

7.2 - Os valores constantes no Termo de Referência e nas respectivas Ordens de Serviços poderão ser repactuados após 12 (doze meses) contados a partir da assinatura do contrato ou respectivo adendo contratual, pelos seguintes motivos:

7.2.1 - Variáveis imprevisíveis que venham exercer impacto na execução e desenvolvimento do atendimento, desde que comprovadas;

7.2.2 - Atualização monetária pelo INPC, a partir da ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE, até a data da repactuação.

7.3 - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, implicarão na revisão imediata dos preços, para mais ou para menos.

7.4 - Fica desde já convencionado entre as partes a possibilidade de o valor pela prestação do atendimento ser reduzida, ou seja, abaixo do valor inicialmente previsto no Termo de Referência, quando houve demanda suficiente a possibilitar a redução do valor e desde que as partes pactuem a redução por meio de aditivo contratual.

CLÁUSULA OITAVA - FORMA DE PAGAMENTO

8.1 - O pagamento pelos atendimentos executados será efetuado mensalmente, mediante apresentação da nota fiscal/fatura que deverá ser entregue à CONTRATANTE, no prazo e forma estabelecidos no Edital de Credenciamento nº 001/2022.

8.2 - A fatura somente será paga se estiver devidamente acompanhada da Certidão de Regularidade de Débitos Municipais, Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil e Certidão Negativa de Débitos Estaduais ou prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual, Certificado de Regularidade de Situação

(CRS) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho e o necessário de acordo da diretoria competente.

8.3 - A nota fiscal/fatura não aprovada pela CONTRATANTE será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

8.4 - Na eventualidade de atrasos, os valores poderão ser acrescidos de correção pelo INPC, ou outro índice que vier substituí-lo, observado o previsto no item 8.1.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

9.1 - A CONTRATANTE poderá, antes do término da vigência, rescindir unilateralmente o presente contrato sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito de indenização ou retenção nas seguintes hipóteses, sem prejuízo de outras previstas neste instrumento:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais por parte da CONTRATADA, exceto se impossibilitada e, neste caso, desde que haja prévia comunicação e aceitação por parte da CONTRATANTE;
- b) A CONTRATADA recusar-se a executar qualquer atendimento, desde que suas razões não tenham sido prévia e devidamente aceitas pela CONTRATANTE;
- c) A CONTRATADA deixar de cumprir as exigências da CONTRATANTE relativas aos atendimentos a serem executados.
- d) O cometimento reiterado de faltas ou falhas na execução dos atendimentos por parte da CONTRATADA;
- e) A CONTRATADA estar impossibilitada de prestar os atendimentos em conformidade com as especificações constantes no edital, contrato ou adendo(s);
- f) Caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados;
- g) Havendo pedido de falência da CONTRATADA ou insolvência civil de algum de seus sócios;
- h) Ocorrência de operações societárias pela CONTRATADA, incluindo fusão, cisão, incorporação ou mudança de seu controle ou de alteração ou modificação de seu objeto social de modo que seja estranho à finalidade contratada e que não seja previamente comunicado à CONTRATANTE;
- i) Dissolução da sociedade CONTRATADA;
- j) Por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, desde que justificadas e determinadas pela autoridade competente, exaradas em respectivo processo administrativo.

9.2 - A rescisão deste contrato acarretará, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial por parte da CONTRATANTE, o direito de reter as importâncias porventura devidas por atendimentos já executados, e ainda não pagos, para cobertura das multas, juros e demais em cargos que lhe couber pela rescisão, ficando, ainda, ressalvado à CONTRATANTE o direito de haver indenização pelos prejuízos que ultrapassarem o valor da retenção feita, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato e em Lei, até a completa indenização dos danos.

9.3 - O presente contrato poderá ser rescindido mediante comunicação expressa à CONTRATADA com prazo de antecedência de 07 (sete) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - INCIDÊNCIAS FISCAIS E ENCARGOS

10.1 - Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA todos os impostos e taxas decorrentes do objeto deste contrato e respectivo(s) adendo(s) contratual, bem como as contribuições previdenciárias, salários, encargos, prêmios de seguros e de acidentes de trabalho, gastos com equipamento, montagem de ambiente e outras despesas que se façam necessárias à execução dos atendimentos, seja na esfera administrativa ou judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO E EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Este contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por igual período e desde que não exceda a 60 (sessenta) anos, a teor do que dispõe o art. 71 da Lei nº 13.303/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 – O presente contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes quando for necessária modificação das especificações para melhor adequação técnica dos seus objetivos.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DIREITO DE PROPRIEDADE

13.1 - Todos os produtos desenvolvidos pela CONTRATADA referentes à execução do objeto do Contrato serão de sua exclusiva propriedade, não podendo a CONTRATANTE reivindicar quaisquer direitos sobre os mesmos.

13.2 A CONTRATADA garante a proteção no tratamento e na entrega da base de dados cadastrais de usuários do licenciamento objeto do presente instrumento à CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – AUDITORIA

14.1 - A CONTRATADA obriga-se a permitir a auditoria da CONTRATANTE, ou de terceiros por esta indicada, que terão acesso a todos os documentos físicos/eletrônicos e a todos os sistemas desenvolvidos pela CONTRATADA e que se referem às operações objeto deste contrato.

14.1.1 - A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização dos atendimentos contratados, fornecendo informações, inclusive as de natureza técnicas relativas aos atendimentos, propiciando o acesso à documentação pertinente e aos atendimentos em execução e atendendo as observações e exigências apresentadas pela CONTRATANTE.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Pelo não cumprimento total ou parcial, das obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, à CONTRATADA, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados, estará sujeita às sanções dispostas na Lei 13.303/2016, na rescisão contratual motivada pela CONTRATADA:

I - advertência;

II - multa, na seguinte forma:

a) - 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, somado a cada adendo contratual;

b) - As multas não são compensatórias e não excluem as perdas e danos resultantes;

c) - 10% (dez por cento) sobre o valor global do adendo contratual que for infringido, se por sua culpa, for rescindido o mesmo, sem prejuízo das perdas e danos oriundos;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODIUB pelo prazo de 02 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a CODIUB, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

16.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta contábil – Conta Contábil nº 3.1.1.1.02.0008 – Mensalidade Licença de Software.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste contrato excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO

18.1 - A publicidade do presente Contrato será feita mediante publicação do seu extrato na imprensa oficial local, indicando, obrigatoriamente, as partes contratantes, o objeto, a origem dos recursos orçamentários e a data de sua assinatura, ficando tal publicação a cargo da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA FICALIZAÇÃO

19.1 - Os responsáveis designados como gestora e o fiscal do contrato foram designados no termo de referência, correspondendo à indicação dos seguintes responsáveis designados:

Designado pela contratante o FISCAL DO CONTRATO: Senhor **GLEDSON HUMBERTO DE SOUSA**, inscrito no CPF nº 947.294.926-68;

Designado pela contratante a GESTORA DO CONTRATO: Senhora **BRUNA FERNANDA LIMA MORATO**, inscrita no CPF nº 364.110.118-26.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

20.1 - Nos termos do Decreto Municipal de Uberaba/MG, nº 1.603 de 2021, fica vedado à licitante/contratada a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação para prestação de serviços na CODIUB, de cônjuge, companheiro ou de parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau de servidor, empregado público, ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Contratante.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

21.1 - As partes obrigam-se a atuar no presente contrato, em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), e, em hipótese de descumprimento, aplicam-se as sanções previstas na LGPD.

21.2 - As partes comprometem-se a restringir o acesso aos Dados Pessoais decorrentes do presente contrato aos (às) servidores (as) e/ou colaboradores envolvidos nas atividades,

assim como quaisquer processos decorrentes desse, com atuação condicionada ao conhecimento prévio e estrita observância das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

21.3 - As partes comprometem-se a armazenar Dados Pessoais em banco de dados seguro, protegidos por usuário e senha, e, quando em meio físico, devidamente armazenados, com controle e registro de acesso, devendo ser armazenados pelo tempo necessário, conforme diretrizes das áreas competentes, sendo observadas as hipóteses de conservação conforme art. 16 da LGPD.

21.4 - As partes comprometem-se a notificar a outra parte, em até 05 (cinco) dias úteis a partir do conhecimento do incidente, sobre qualquer ocorrência de vazamento de Dado Pessoal que esteja sob sua guarda, assim como tomar as medidas razoáveis para investigar, remediar e mitigar os efeitos do Incidente.

21.5 - As partes comprometem-se a não auferir lucro, sob nenhuma hipótese ou propósito, por meio de compartilhamento de dados pessoais, o qual deverá ser previamente autorizado, nos termos do inciso XVI do artigo 5º da LGPD, advindos da presente relação contratual.

21.6 - A Contratada realizará operações de tratamento de Dados Pessoais advindos da relação com a Contratante, e com o beneficiário direto da prestação, inclusive a transmissão, distribuição e transferência junto aos setores da Credenciada responsáveis pela realização das etapas de contratação, execução, controle e fiscalização do contrato, não sendo compartilhados com terceiros, salvo se solicitados por autoridades competentes ou por determinação legal ou, ainda, quando autorizado pela CODIUB ou em defesa de seu legítimo interesse.

21.7 - A Contratante assumirá o papel de Controladora dos dados pessoais, nos termos do inciso VI, do art. 5º da LGPD, sendo a mesma exclusivamente responsável sobre o inteiro teor do conteúdo publicado, devendo observar a legislação vigente, inclusive a LGPD; e a Contratada assumirá o papel de Operadora dos dados pessoais, nos termos do inciso VII, do art. 5º da LGPD, em nome da Controladora, sendo que a CODIUB não terá qualquer responsabilidade por não ter acesso aos dados, salvo se houver acesso, ocasião em que a responsabilidade será limitada ao dano relacionado ao grau de culpa.

21.8 - A Contratada será responsável pelos eventuais procedimentos de atendimento às solicitações dos titulares de dados, previstos no Capítulo III da LGPD, nos limites previstos

nesta cláusula, como também será responsável por fornecer à Contratante, se solicitada, inventário dos Dados Pessoais utilizados para realização do objeto contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Uberaba/MG, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha se tornar, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento contratual, em duas vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas que também o subscrevem.

Uberaba/MG, -- de ----- de 2022.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB
Keila Cristina Rocha F. dos Santos **Marlon Soares da Silva**
Diretora Presidente **Diretor Executivo**
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Márcia Araújo Borges **Stwe Marllon Taveres Cãnfora**
CPF: 446.742.106-82 **CPF: 054.542.906-45**